

Discurso de sua Excelência o Embaixador do Reino dos Países Baixos por ocasião do encerramento da Revisão Conjunta

30 de Abril de 2007

Excelentíssimo Senhor Ministro

Caros Colegas

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com a conclusão do processo de Revisão Conjunta, chegamos ao fim da presidência da Holanda na troika. O meu colega da Noruega, na sua intervenção, irá destacar os principais desafios a nossa frente – para os parceiros e para o governo. Da minha parte, darei mais ênfase aos objectivos alcançados. No Aide Memoire, nós chegamos a uma conclusão muito importante. A conclusão é que o progresso alcançado dá-nos uma base satisfatória para continuar, e onde for possível, aumentar o nosso apoio ao orçamento de Moçambique. Não iremos entrar em detalhes em termos de montantes, pois, daqui há quatro semanas iremos comunicar os nossos compromissos financeiros. Mas, podemos dar detalhes sobre as conquistas alcançadas nas quais baseamos as nossas decisões.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar a área de **Gestão de Finanças Públicas**. Esta é uma área chave. Quando a gestão de finanças públicas não é eficaz, é difícil para os doadores deixarem de financiar projectos e apoiarem o orçamento. Os nossos contribuintes querem ter a certeza de que o dinheiro é usado de forma adequada pelas instituições moçambicanas. E aqui, realmente, notamos passos positivos.

Há alguns anos atrás, muitos sectores reclamavam sobre o fluxo de fundos. Os fundos eram sempre recebidos tardiamente e muitas vezes inferiores ao esperado. Em 2006, quase nenhuma reclamação foi ouvida. O nível de execução do orçamento foi elevado. Não apenas ao nível central, mas também nas províncias e distritos. As reformas na área de Gestão de Finanças Públicas começam a dar frutos. O novo sistema de administração e gestão, SISTAFE, mostrou, finalmente, o seu potencial. As instituições de controlo, quer interno, quer externo, melhoraram a abrangência e qualidade do seu trabalho. A nova lei do procurement foi implementada. E existe agora uma Autoridade Tributária.

Todas estas reformas importantes, contribuíram no final, para melhorar a prestação de serviços e limitar as possibilidades para corrupção. Permitam-me, por isso, expressar a nossa satisfação por ver estas reformas decisivas começarem a ser implementadas.

Os aspectos referidos estão estritamente ligados ao meu **segundo ponto: a prestação de serviços**. Por exemplo no sector de água: num passado recente, revelou-se um sector altamente problemático, tendo registado uma execução do orçamento abaixo de cinquenta por cento. Em 2006 a meta foi atingida e um número adicional de mais de meio milhão de moçambicanos passou a ter acesso à água potável.

O sector de água não foi o único a registar melhor prestação de serviços, isso também verificou-se na educação e saúde. Mais unidades sanitárias, mais pessoas com acesso ao tratamento anti-retroviral, mais crianças nas escolas e no ensino primário notamos que o número de raparigas está quase a alcançar o dos rapazes. Se esta tendência continuar, logo alcançaremos a equidade de género. E isto é uma boa notícia, porque a nação que investe nas suas mulheres, cria um potencial enorme para o crescimento económico de base ampla. O sector de justiça também apresentou alguns progressos. Há menos pessoas aguardando julgamento nas prisões.

A melhoria registada na prestação de serviços – embora a qualidade continue fraca – deverá mostrar o caminho para a contínua e tangível redução da pobreza. Moçambique tem experimentado uma estabilidade e crescimento consecutivo. No entanto, este crescimento não se reflecte ainda suficientemente no quotidiano do cidadão comum. Esta foi também a mensagem da sociedade civil durante a Revisão Conjunta. Por isso, enaltecemos o enfoque do Governo nos distritos, porque é nos distritos onde a pobreza é maior. Contudo, gostaríamos de exprimir a nossa preocupação em relação a utilização dos fundos distritais, sobre a qual temos que continuar o nosso diálogo após a Revisão Conjunta. Gostaríamos também de instar o governo a não esquecer-se dos municípios. Pois, estes constituem uma âncora de democracia representativa, e possuem um potencial alto para o crescimento económico.

O progresso é a base do nosso apoio contínuo. Porém, existem áreas cujo progresso não foi satisfatório. As reformas judiciais têm que ser aceleradas para permitir o acesso à justiça pelo cidadão comum. A questão sobre o Banco Austral, apesar do indicador ter sido atingido, está longe de estar resolvida. O combate contra a corrupção deve ter uma maior dinâmica. Agricultura, a espinha dorsal das actividades económicas da maioria da população, precisa prestar maior apoio aos produtores, homens e mulheres, ajudando-os a aumentarem a sua produtividade e

terem mais acesso aos mercados. E a Reforma do Sector Público prossegue muito lentamente.

Minhas senhoras e meus senhores,

A redução da pobreza requer uma visão clara com prioridades claras e uma vontade política forte. Neste âmbito, nós notamos progressos significativos em 2006. Após consultas intensas, o PARPA II foi finalizado. Em anexo encontra-se a matriz que inclui metas chaves para todos os sectores que contribuem para a redução da pobreza. Nós congratulamos Moçambique por isso. Também somos felizes com os compromissos do Governo em avaliar o progresso através de novos instrumentos, incluindo a pesquisa sobre o ponto de vista do cidadão sobre a qualidade da prestação de serviços e a nova pesquisa de Localização das Despesas Públicas. Para os parceiros de cooperação, o PARPA II facilitou o nosso caminho para o alinhamento com as prioridades do país. O Quadro de Avaliação Desempenho para este ano – o nosso principal instrumento conjunto de monitoria – contém apenas indicadores e metas retiradas directamente do PARPA.

A coordenação e a comunicação entre os parceiros também melhorou. Pela primeira vez, todas as **revisões do sector** passaram a fazer parte da Revisão Conjunta. Outro exemplo é a compreensão do orçamento. Há apenas alguns anos atrás, uma parte considerável do apoio dos doadores era disponibilizado fora do orçamento. Hoje, a maior parte dos fundos está reflectida no orçamento e uma percentagem crescente é alocada através do tesouro.

Um dos **desafios para os doadores** é o de se tornarem mais fiáveis e previsíveis, a curto e médio prazo. O Governo precisa desta previsibilidade para realizar as suas ambiciosas metas para 2009. Como grupo nos fomos avaliados como tendo um

desempenho misto. Nós podemos e temos obrigação de fazer melhor. Algumas vezes, existe uma tendência entre os doadores para realizarem a micro gestão. Mas noto também, que mantemos um enfoque e um diálogo franco e aberto sobre assuntos importantes em torno da redução da pobreza. E para que o apoio ao orçamento aumente, são necessários: um progresso tangível na redução da pobreza e um bom diálogo sobre temas de preocupação comum.

Em conclusão, acredito que olhando para trás podemos observar uma boa Revisão Conjunta e por isso agradeço a todos pelas contribuições dadas. Estamos satisfeitos por ver crescer a participação da sociedade civil. O nosso agradecimento especial vai para os secretariados e para os pontos focais no Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Eles ajudaram a criar a articulação entre todos intervenientes.

A partir de agora temos a Noruega como novo presidente da troika. Damos as boas vindas a Irlanda como novo membro da Troika e dizemos adeus a equipa da Suécia, que realizou um tal bom trabalho nos três anos de permanência na troika.

E para terminar informar que a ideia do adiamento desta sessão de encerramento, por cinco dias, para 30 de Abril, não foi nossa. Contudo, coincidiu perfeitamente com uma data muito especial. Hoje celebramos o nosso Dia Nacional e espero ver muitos de vós na recepção desta noite.

Obrigado.